



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0012361-15.2014.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material**
 Requerente: **EDUARDO GARCIA DE OLIVEIRA ME**
 Requerido: **AUFI VEICULOS E MÁQUINAS LTDA**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alegou que comprou automóvel da ré, pagando por ele valor superior ao que havia sido ajustado de início.

Alegou ainda que posteriormente adquiriu uma outra peça da ré, a qual lhe cobrou importância além da devida.

Quanto ao primeiro aspecto da pretensão deduzida, não assiste razão ao autor.

Com efeito, o documento de fl. 08 – que contou com a assinatura do autor – é explícito ao dispor sobre o valor de venda do automóvel que o autor tencionava comprar, indicando que o mesmo ficaria *"sujeito a alterações conforme tabela da Fiat Automóveis"*.

Em consequência, e levando em consideração o decurso de lapso temporal entre a assinatura da proposta de compra e a implementação desta, a divergência dos preços deriva da propalada alteração.

Não se vislumbra qualquer irregularidade da ré quanto ao assunto, pois, de sorte que no particular não prospera a pretensão deduzida.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL****RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

Já no que concerne ao preço do protetor de caráter cobrado posteriormente pela ré, ela própria reconheceu na peça de resistência o equívoco de sua parte, tanto que já depositou ao autor a quantia daí decorrente (fl. 29).

Este, a seu turno, não ofereceu impugnação alguma a esse título.

O quadro delineado conduz à rejeição da pretensão deduzida, seja porque um dos pedidos já foi atendido, seja porque o outro não possui lastro a respaldá-lo.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 11 de junho de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**